



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO PEDAGOGIA

Josiane Sena Camões

O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma análise do trabalho pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba

ABAETETUBA-PA

2018

Josiane Sena Camões

O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma análise do trabalho pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará

Orientadora: Dra. Dinair Leal da Hora.

ABAETETUBA/PA

2018

Josiane Sena Camões

O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma análise do trabalho pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, orientado pela professora Dra. Dinair Leal da Hora.

Data da Aprovação: ___/___/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. DINAIR LEAL DA HORA
Orientadora - UFPA

Profa. Msc. IVETE BRITO E BRITO
Examinador externo - UFPA

Prof. Dr. JADSON FERNANDO GARCIA GONÇALVES
Examinador interno - UFPA

ABAETETUBA/PA

2018

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, em quem me apoiei na renovação das força espiritual, ao meu pai (*in memoriam*) que tanto se dedicou pela educação dos filhos, à minha mãe, aos irmãos, filhos e marido e, por fim, à minha orientadora, que deu leveza as orientações tornando possível a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai Mário dos Santos Camões (*in memoriam*) e à minha mãe Elza Maria de Sena Camões, que sempre foram minha maior fonte de inspiração e força.

Ao meu irmão Elito e às minhas irmãs Viviane, Tatiane, Cristiane, Lidiane e Luciane que contribuíram com este trabalho sempre que precisei, muito obrigado pelo carinho, por acreditarem e apoiarem meu sonho.

Às minhas sobrinhas Taylana, Taynara, Rosiele, Valéria, Tamara e Ramily e aos meus sobrinhos Rodrigo, Vinicius, Teylon, Henrique, Arthur e Genésio.

Aos meus cunhados Ronaldo, Marcio, Celso, Rui e Lucas e às e minhas cunhadas Rosa e Luciene, obrigada por todo apoio e incentivo.

Aos colegas de turma e, em especial as amigas Nayanna Neponucena e Juliana Santos, agradeço pelos momentos que partilhamos até aqui, pela conquista deste trabalho, pela amizade demonstrada.

A administração do curso de pedagogia em especial à Nelma.

Não poderia esquecer minha orientadora Doutora Dinair Leal da Hora, que foi efetiva em suas orientações e a quem admiro grandemente, por sua simplicidade na transmissão de experiências que foi de grande relevância na condensação de conhecimentos.

A Especialista Conceição Maués, que foi fundamental, para conclusão desta trabalho.

Agradeço em especial à Clara Elis Camões Ferreira e João Víctor Camões Ferreira que criaram e recriaram em mim o desejo de concluir este curso. Vocês são meu maior incentivo. Que todo meu esforço seja fonte de estímulo na busca de desafios individuais em cada um de vocês. Por fim, ao meu marido Júnior Pantoja, por todo o seu amor, carinho, admiração, e pela presença incansável com que me apoiou ao longo do período de elaboração deste trabalho.

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

RESUMO

O estudo em questão tem por objetivo Analisar a ação pedagógica de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba (CRRAb), evidenciando as contribuições do pedagogo dentro do sistema penitenciário. A análise foi norteadada pelos aspectos legais e pela reconstrução do contexto histórico, mostrando o surgimento e a necessidade de profissionais da educação no sistema penitenciário. No referencial teórico analisamos o campo de atuação dos pedagogos e as políticas públicas da educação prisional. Foram aplicadas entrevista com perguntas abertas para a professora pedagoga do CRRAb e uma entrevista com a coordenadora pedagógica. A pesquisa norteou-se através de análises bibliográficas, seguindo a ideia de alguns autores que defendem a educação penitenciária como necessária para uma possível reeducação do detento e assim, devolvê-lo a sociedade. Através desta pesquisa podemos realçar a importância do trabalho pedagógico na direção e coordenação dos aspectos educacionais no CRRAb. A pesquisa evidenciou a falta de materiais e estrutura física adequada para realização das atividades educacionais e carência na oferta de capacitação e formação continuada dos professores. Pode-se considerar que a educação prisional ainda caminha a passos lentos e que políticas públicas para o setor são deficitárias.

Palavras-chave: Educação, Gestão e Coordenação, Educação prisional.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the pedagogical action of School Management, Guidance and Supervision at the Regional Recovery Center of Abaetetuba, highlighting the contributions of the pedagogue within the penitentiary system. The analysis was guided by the legal aspects and the reconstruction of the historical context, showing the emergence and the need of education professionals in the penitentiary system. In the theoretical referential we analyze the field of action of the pedagogues and the public policies of prison education. An interview with open questions was applied to the pedagogical teacher of the CRRAb and an interview with the pedagogical coordinator. The research was guided by bibliographical analyzes, following the idea of some authors who defend the penitentiary education as necessary for a possible re-education of the prisoner and thus, to return it to society. Through this research, we can highlight the importance of pedagogical work in directing and coordinating the educational aspects in the CRRAb. The research evidenced the lack of materials and adequate physical structure to carry out the educational activities and lack in the offer of training and continuing education of teachers. It can be considered that prison education is still moving slowly and that public policies for the sector are deficient.

Keywords: Education, Management and Coordination, Prison education.

LISTA DE SIGLAS

CRRAb – Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba.

SUSIPE – Superintendência do Sistema Penitenciário.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Certificação de oficinas e cursos no CRRAb.

Figura 02 – Premiação do 3º Concurso de Redação realizado pela Defensoria Pública da União.

Figura 03 - Premiação do 3º Concurso de Redação realizado pela Defensoria Pública da União.

LISTA DE TABELAS

Quadro 01 – Distribuição da estrutura física do CRRAb.

Quadro 02 - Cronograma execução projeto conquistando a liberdade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES	16
1.1- A POLITICA ATUAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL.....	24
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO EDUCACIONAL NO CRRAb	26
2.1 - A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO CRRAb.....	26
2.2 – A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO CRRAb	28
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABAETETUBA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	36
3.1 GESTÃO DO TRABALHO PEDAGOGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABAETETUBA	36
3.2 COORDENAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABAETETUBA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um olhar de quem teve uma experiência de dois anos (iniciada de maio de 2016 a maio de 2018) como agente penitenciária no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba. A experiência direcionou a visão para aquele ambiente educacional, motivando a entender como funciona a gestão daquele ambiente de ensino.

Inicia o primeiro falando da educação de modo geral e chega na carcerária, citando leis ou portaria que afirme a legalidade do direito fundamental de escolaridade.

Na contemporaneidade, o processo educativo vem sofrendo muitas transformações ligadas ao crescimento informacional e à construção do saber. Neste sentido, a educação da era globalizante não está ligada apenas ao processo formal de ensino-aprendizagem, mas aos meios de comunicação de massa, as Organizações Não-Governamentais - ONGs e grupos sociais que também se tornam responsáveis pela disseminação de discursos e representações que contribuem para construção desse conhecimento. Tornando-se responsáveis também pela escolarização e o acesso ao conhecimento das instituições formais de ensino, como a escola e unidades de reclusão, como os presídios.

Educar e ressocializar são os fins da educação carcerária no Brasil, um direito humano fundamental. Grande parte dos privados de liberdade teve sua vida escolar interrompida pela violência, pelas drogas ou falta de estrutura familiar e a educação tem papel importante na reintegração e ressocialização desses internos.

A lei nº 9.394/96 que trata sobre a educação no Brasil, garante nas unidades prisionais o direito à educação, entretanto, a maioria das unidades prisionais está longe de concretizá-la. Isso acontece em virtude do alto número de presos em espera de julgamento e de uma condenação que sancione o delito cometido. No Brasil, este tipo de recluso representa mais da metade da população penitenciária que, em sua maioria é prejudicada pela lentidão da justiça, pela falta de infraestrutura e a indefinição de responsabilidades institucionais pelo atendimento educacional.

O trabalho do gestor educacional é amplamente fundamental na condução da educação dentro do ambiente escolar prisional, ajudando significativamente no desenvolvimento social, sendo que, o ensino no Brasil especialmente aquele oferecido por setores públicos é insatisfatório diante dos padrões internacionais, tanto na sua quantidade, quanto na sua qualidade. Nesse sentido, a garantia de uma boa educação para pessoas condenadas a prisão não é apenas uma forma de ocupar o tempo e, sim uma forma de ressocializar, de educar, tornando possível para o encarcerado, ao concluir sua pena, receber uma nova oportunidade de convívio social. Visto que no Brasil existem leis que garantem o direito à Educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei de Execução Penal – LEP (nº7.210/1984), apesar da legislação vigente a realidade no Brasil continua evidenciando déficit em se tratando de educação.

Diante deste cenário, a gestão educacional neste tipo de ambiente passa despercebido, então surge a inquietação de saber como são conduzidos os trabalhos de gestão em ambientes privados de liberdade, mais precisamente no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba (CRRAb).

O CRRAb foi inaugurado na cidade de Abaetetuba em 2002, tem capacidade para atender 120 recuperandos, sendo 80 do regime fechado e 40 no regime semiaberto, nativos de Abaetetuba, Igarapé Miri e, em uma dimensão menor, de Barcarena, Tailândia e Moju. Tem 25 celas no bloco carcerário.

Envolvida com a temática busquei saber como se dá a ação Pedagógica no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, na condução do processo ensino-aprendizagem.

Tenho como questões norteadoras da pesquisa saber: o ensino no Brasil, especialmente aquele oferecido por setores públicos prisionais, é satisfatório? O trabalho de Gestão, Orientação e Supervisão na Penitenciária de Abaetetuba está sendo pertinente para efetivação e garantia do direito fundamental de educação? Buscando responder a estas questões de uma maneira didática e acessível uma investigação sobre o tema torna-se pertinente.

Tendo o Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba como ambiente de pesquisa e para alcançarmos os objetivos do estudo, levantamos as seguintes hipóteses para investigação.

. A condução da educação e seus princípios orientadores no sistema prisional do Brasil.

. O ensino, especialmente aquele oferecido por setores públicos prisionais é satisfatório principalmente quando trata-se de dar condição para o desenvolvimento da educação na sociedade de forma democrática.

. O trabalho de Gestão, Orientação e Supervisão na Penitenciária de Abaetetuba está sendo pertinente para efetivação e garantia do direito fundamental de educação dentro do ambiente escolar prisional.

O objetivo geral da pesquisa é de analisar a ação pedagógica de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba se oportuniza um ensino de qualidade dentro do ambiente prisional, promovendo formação. Já os objetivos específicos: identificar os princípios que orientam a educação prisional no Brasil; verificar as características educacionais do ensino no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba e discutir a organização do trabalho de Professores e Coordenador Pedagógico do CRRAb.

Dessa forma, esse trabalho justifica-se na medida em que passa a instigar a busca de conhecimentos pelo investigador. Tomar o conhecimento científico, apropriar-se de uma boa prática docente é fundamental para o desenvolvimento do ser social ajudando em sua adaptação à novas vivências. Neste caso, este estudo tem relevância para meu crescimento pessoal, visto que meu olhar está voltado para área da gestão.

Então ao discutirmos as relações educacionais dentro da penitenciária de Abaetetuba, neste caso, o trabalho do gestor educacional, percebe-se a pertinência da pesquisa para a sociedade, visto que há pouca literatura a respeito do tema.

Diante do exposto, entende-se que a discussão a respeito do Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar : Uma Análise do Trabalho Pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, tema da pesquisa, o qual está

sendo proposto, tem grande relevância e pertinência para a sociedade, mais especificamente, a comunidade estadual, pois esse tema favorece uma ressignificação e desenvolvimentos de habilidades para técnicos, coordenadores e diretores de unidades educacionais formais e não formais, uma vez que essa prática esteja entrelaçada com a realidade e possibilite novas vivências a quem interessar-se pelo assunto.

Para responder as questões levantadas neste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico com vários autores dentre eles Carreira(2009), Brasil(1996), Libâneo (2003) entre outros autores que abordam sobre o tema da pesquisa e destacam a importância da prática pedagógica em ambientes educacionais.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, pois é uma pesquisa que se aprofunda mais no assunto, tendo respostas mais claras e objetivas. De acordo com Barros e Lehfeld (2003), a pesquisa de campo busca motivação no sentido de adquirir conhecimento necessário para aplicar seus resultados, sendo assim seu objetivo é contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade.

No que concerne às técnicas de coleta de dados, fizemos uso da observação e entrevista. Para a primeira, podemos dizer que tem como alvo realizar uma ligação entre pesquisador e objeto de pesquisa, de forma que o ambiente se torne um lugar afável, pois a observação é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.190).

Em relação às entrevistas, utilizaremos a semiestruturada, uma vez que na concepção de Ludke e André (2003), possibilita ao pesquisador a adaptação das questões de acordo com as informações que surgem no decorrer da entrevista, já que a mesma é flexível.

Sendo assim, é importante ressaltar os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados. Para a observação, torna-se relevante o uso de diários de campo,

em que possa registrar as peculiaridades do ambiente, fazer as anotações para a descrição do mesmo.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa, que segundo Lüdke e André (2003), a pesquisa qualitativa trata da obtenção de dados descritivos, sendo obtidos no contato direto do pesquisador com o produto de pesquisa, aborda mais o processo gerado do que o produto em si, e tem por finalidade retratar a perspectiva dos participantes.

Na parte investigativa deste trabalho, usaremos as entrevistas semiestruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Esta entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, sendo mais comum pessoas discorrerem sobre determinado tema (STTIZ ET alii, 1987).

A pesquisa foi realizada no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, localizado na rodovia Dr. João Miranda, Km 11, ramal do Alto Sentido. Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados a Pedagoga, Professora, Assistente Social.

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo faz-se um breve histórico do processo de Educação no Sistema Prisional Brasileiro e seus princípios orientadores. Assim como a política atual de educação prisional no Brasil.

No segundo capítulo abordamos o processo educacional no CRRAb, apresentando a contextualização histórica do ensino no CRRAb, e como está a organização do ensino neste mesmo local.

No terceiro capítulo apresentamos e discutimos o processo de gestão, orientação e supervisão escolar no CRRAb, fazendo uma análise da gestão e coordenação do trabalho pedagógico no centro de recuperação regional de Abaetetuba.

Após apresentamos os resultados e discussões da pesquisa encerramos com nossa consideração final.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Qual o sentido da educação no cárcere senão ressocializar? A ressocialização apareceu para fins de ajudar o preso a se reestruturar, ou seja, criar meios para que ao voltar à vida em sociedade, não torne a cometer um delito, para tanto se faz necessário que sua ressocialização seja efetiva de fato e direito, ressignificando seu papel na sociedade, para que o mesmo esteja apto a exercer sua cidadania.

A ressocialização dos privados de liberdade através da educação é garantida por direitos constitucionais e, em vários documentos, dentre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 26, a Constituição Federal em seu artigo 205 e, em seu artigo 1º, inciso III, pela Declaração de Hamburgo e o Plano de Ação para o Futuro, a EJA (Educação de Jovens e Adultos), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, entretanto esses direitos, na maioria das vezes se perdem dentro das penitenciárias. Talvez má gestão ou falta de conscientização do preso em não saber a importância da educação como potencial transformador na vida de cada um deles.

A Constituição Federal em seu artigo 205 deixa estabelecido que a educação seja direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo tanto para o exercício da cidadania quanto para sua qualificação profissional no mercado de trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, em seu princípio da dignidade humana, afirma que o cidadão tem direito à soberania, à cidadania, à dignidade humana, a valores sociais de trabalho e livre iniciativa e ao pluralismo político. Nesse sentido, não se trata apenas de um direito fundamental. O princípio da dignidade da pessoa humana, então, é fundamentado na ideia de que todos são iguais em dignidade, podendo afirmar que o homem que a detém, tem que ser respeitado, estando acima de qualquer valor (TAVARES, 2008).

A constituição federal de 1988, em seu artigo 1º, incisos de I a V:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Apesar de ter direitos como à soberania, à cidadania, à dignidade humana garantido e ser um cidadão comum, o preso carrega um preconceito causado a partir do momento em que adentra a casa penal. Romper esse preconceito passa a ser um desafio, visto que dentro da penitenciária educação é um privilégio de poucos, a educação passa ser vista pelo preso como um “privilégio”, que acredita na educação como meio acelerador em sua passagem no estabelecimento prisional, descreditando a educação como meio, para torná-lo cidadão de fato e direito. Acreditando que a educação nas Penitenciárias se constitui, na maioria das vezes, em “barganha” onde, de um lado, estão gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar, como explica Adorno; Salla, (2007):

Desde a democratização do país, as políticas penitenciárias estão imersas numa dinâmica contraditória: de um lado, pesam as heranças de arbítrio e violência, de gestão autoritária, de invisibilidade dos territórios de encarceramento, de baixos controles sobre a administração; de outro, a vigência do estado de direito impondo a necessidade de ajuste de agências e agentes às diretrizes democráticas (ADORNO, SALLA, 2007).

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação é relatado por Carreira (2009; p.83) que “... há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares”

Ainda segundo o Relatório o atendimento educacional é interrompido quando circulam boatos sobre a possibilidade de motins; na ocasião de Revista Geral (vistorias realizadas nas celas por Agentes Prisionais) como castigo ao conjunto dos presos que integram uma unidade na qual ocorreu uma rebelião, ficando à mercê do entendimento e da boa vontade de direções.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos na assembleia geral de 2009 em seu artigo 26 reconhece o direito humano à educação e estabelece que o objetivo dele é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.” (UNESCO; p.14)

A Declaração passa ter caráter jurídico obrigatório para Estados Nacionais por meio dos artigos 13 e 14 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), interpretados pelas Observações Gerais 11 e 13 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC). O comitê foi criado em 1985 no âmbito das Nações Unidas para supervisionar o cumprimento dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Observado por Carreira (2009) as penitenciarias em todo o Brasil os aspectos:

- a educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional;
- a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como uma ambiente hostil ao trabalho educacional;
- a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar;
- há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares. CARREIRA (2009, p.2)

Nesse sentido, o Brasil assumiu obrigações através do Pacto de respeitar, proteger, satisfazer os padrões de direitos humanos entendidos como parâmetros que descrevem certa qualidade de vida. Aos Estados cabem:

- Respeitar: essa obrigação refere-se a que os Estados não devem criar obstáculos ou impedir o gozo dos direitos humanos. Isto implica obrigações negativas, pois trata daquilo que os Estados não deveriam fazer (por exemplo, impedir que as pessoas se eduquem);
- Proteger: essa é uma obrigação de caráter positivo, pois exige que os Estados atuem, e não se abstenham de fazê-lo. Esta obrigação também exige medidas por parte dos Estados para impedir que terceiros criem obstáculos para o exercício dos direitos;
- Realizar: é uma outra obrigação positiva para os Estados em relação ao cumprimento dos padrões de direitos humano. Refere-se às determinações que devem ser tomadas para a realização e o exercício pleno dos direitos humanos. Estas medidas podem ser de caráter legislativo, administrativo, orçamentário, judicial, social, educativo, entre outros. CARREIRA (2009, p.10)

No Brasil este direito é garantido através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, define a Educação de Jovens e Adultos em seu art. 37 como aquela destinada dar continuidade de estudo a pessoas privadas de liberdade:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (BRASIL, p.27)

A LDB garante o direito à educação prevista na Constituição brasileira em seu Título II, nos princípios e fins da educação nacional em seu Art. 3º, de que todos os cidadãos e cidadãs têm o direito ao ensino igualitário, com bases que garantam um padrão de qualidade e valorização de experiências pré-existentes na experiência escolar do educando.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
(BRASIL; 1996)

Além disso, é assegurada pela LDB seção V em seu art. 37 parágrafo 1º que o educando (nesse caso o privado de liberdade), tenham acesso a cursos e exames que oportunizem educação apropriada, para instigar e dar condições de vida e trabalho aos jovens e adultos.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL; 1996)

O privado de liberdade, encaixa-se neste perfil, pois, geralmente ao adentrar as penitenciárias não concluiu o ensino fundamental e, ao ser custodiado de uma penitenciária, começa a passar por vários enfrentamentos um deles é a descontinuidade do ensino, que nesse caso fica a critério da penitenciária que o custodiará e, não disponibiliza vaga suficiente para todos que querem e precisam estudar, entretanto, a LDB garante em seu Art. 4º VII “ oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

Em alguns casos a passagem pela penitenciária marca uma desarticulação entre organismos do Estado, pela falta de planejamento e políticas de estado, baixo investimento financeiro, inexistência de diagnósticos precisos, falta de profissionais de educação qualificado, que elabore um projeto que instigue no presidiário o gosto pelo estudo. Todos estes déficits não se justificam, visto que os recursos financeiros também são garantido pela LDB no Art. 69:

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (BRASIL, 1996)

Desses recursos uma parcela é ou deveria ser destinada à educação prisional para ser investido em ações como projetos, programas e estratégias, específicas da população carcerária, com objetivo não apenas alfabetizar, mais buscar meios da pessoa encarcerada minimizar o baixo grau de escolaridade, em alguns casos semianalfabetos ou analfabetos, projetos voltados também para o mercado de trabalho, pois a pessoa encarcerada tem pouca ou nenhuma condições financeiras, criando nela uma expectativa de vida.

Júnior (2016) explica que:

[...] ações de cunho social nas penitenciárias sempre foram realizadas empiricamente, através dos esforços do corpo funcional e da direção, que nem sempre tinham condições, ferramentas e capacidade para trabalhar o caráter ressocializador do cumprimento da pena no dia a dia do reeducando. (JÚNIOR; 2016, p.62)

Muitas instituições prisionais prezam pelo trabalho no cárcere como um dos elementos fundamentais para o processo de ressocialização, passando a definir critérios para a prática do trabalho nos três regimes prisionais vigentes. Isto é, no regime fechado, o foco é empreender a atividade laborativa como tratamento terapêutico para os presos; no regime semiaberto, tem-se o objetivo de identificar as habilidades profissionais e realizar cursos profissionalizantes para eles; enquanto que, no regime aberto, a APAC (.....) estabelece como norte a busca pela inserção social das pessoas encarceradas, promovendo oportunidades de trabalho externo, o que os aproxima da comunidade e das suas famílias (FALCÃO & CRUZ, 2015).

Direcionamentos como esses oferecem uma efetiva contribuição diante da importância do trabalho para o sistema penitenciário e servem para estimular boas práticas profissionais no ambiente carcerário.

Para Amaral(2014):

A perspectiva concreta de o encarcerado iniciar uma atividade profissional, tão logo obtenha sua liberdade, renova suas esperanças para a vida, lhe dá horizontes novos, além de contribuir para a evolução de todo o sistema prisional, conferir maior estabilidade às unidades prisionais e diminuir a reincidência. (AMARAL, 2014, p. 56).

Carreira (2009) explica que na Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, prevê a educação no sistema prisional no capítulo “Da Assistência”, seção V, dos artigos 17 a 21.

O artigo 17 estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. O artigo 18 determina que o ensino de primeiro grau (ensino fundamental) é obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa. O artigo 19 define que o ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico e que as mulheres terão educação profissional adequado a sua condição. O artigo 20 prevê a possibilidade da realização de convênios com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. O artigo 21 estabelece a exigência de implantação de uma biblioteca por unidade prisional, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

De acordo com a Lei de Execução Penal(1984):

Da Assistência Educacional.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O que reafirma o direito da pessoa encarcerada, em todas as etapas de sua pena.

Freire(1996) afirma “Educar é subjetivamente formar”. A educação do apenado é essencial para a sociedade, além de ser um direito garantido.

Com a intenção de tentar convencer e gerar estímulo pela educação no apenado, a LEP (nº7210; 1984) prevê a remição de parte da execução da pena, a remição de pena para os presos era apenas por dias trabalhados, ou seja, a cada três dias trabalhados são remidos um dia pena.

Com a implementação da lei 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a lei 7.210, acrescentando remição de pena também por estudo, disposto no Art. 126 da LEP, ficando estabelecido, a cada 3 (três) dias estudado, somadas 12 horas, consegue remir 1 (um) dia de pena, comprovada pela frequência escolar do reeducando. As unidades prisionais podem remir pena também pela leitura de livros, na condição de atividade educacional complementar, de modo que, lendo 1 (uma) obra no prazo de 21 a 30 dias e, ao final desse período, apresentando uma resenha avaliada por comissão, o reeducando obtém 4 (quatro) dias de remição da execução da sua pena, assim aconselha o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A educação escolar no presídio significa, nesse sentido, refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral, por meio da aprendizagem participativa e da convivência fundamentada na valorização e no desenvolvimento do outro e de si mesmo (ONOFRE p.23)

1.1- A POLITICA ATUAL DE EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL

As políticas públicas são fruto, exatamente, da identificação de condições adversas vivenciadas por uma sociedade, cuja amplitude permite tratá-las como problema público, o qual é entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010).

Para que tais políticas públicas em favor da pessoa privada de liberdade possuam qualidade e atinjam a finalidade a que forem designadas, necessita-se gerar oportunidades e condições para a reintegração do reeducando. Júnior(2016) explica para que tais políticas públicas funcionem é importante que elas sejam formuladas, implementadas, avaliadas e controladas, nos estados da federação, por gestores locais especializados que detenham conhecimento e experiência sobre as respectivas áreas de atuação dessas políticas sociais.

Ainda para Júnior (2016):

As ações executadas nas unidades prisionais não ficarão desconexas do contexto das atividades macros realizadas pelo Poder Público no restante da sociedade. Isso porque é perceptível que as ações de cunho social nas penitenciárias sempre foram realizadas empiricamente, através dos esforços do corpo funcional e da direção, que nem sempre tinham condições, ferramentas e capacidade para trabalhar o caráter ressocializador do cumprimento da pena no dia a dia do reeducando. (JÚNIOR, 2016 p.62)

Estas ações mal executadas nas penitenciárias interferem nos direitos do cidadão privado de liberdade, visto que a educação em seu contexto repensa e resignifica a instituição penitenciária através de seus servidores, transformando a pessoa privada de liberdade dotada de conhecimento, dando significado em sua passagem no sistema prisional. Segundo Onofre; Julião, (2013):

Pensar educação nesse contexto significa repensar a instituição prisão como uma comunidade de aprendizagens que envolve todos os seus atores, dotando o homem aprisionado de conhecimentos, valores e competências que lhe permitam reconhecer-se como sujeito de direitos, que conduz a própria vida no presente e resignifica seu passado em direção a um projeto de vida futura. ONOFRE; JULIÃO (2013, p.51)

O dia a dia no cárcere revela o caráter punitivo de instituição preventiva, não para ressocializar, mas para reprimir, ameaçar, calando nas celas úmidas e escuras,

ininterruptamente a voz do apenado, criando nele culpabilidade, desumanidade, mostrando que o indivíduo, uma vez condenado, não tendo alternativa de saídas segundo a lei, ali cumpre sua pena sem poder sair por sua própria vontade.

A privação de liberdade – através das condições emocionais, contextuais, históricas e pessoais – gera uma retração ao uso da palavra. O indivíduo perde a voz em todos os sentidos – ele é silenciado, ao perder a palavra como componente de sua identidade, como direito a dizer o que pensa, sente, vê e escuta. Deixa de dialogar, de resolver conflitos e de fazer acordos, passando a viver em um clima de desconfiança, de egocentrismo e de agressividade. Não se pode perder de vista ao analisar quem é o sujeito da ação educativa, os efeitos nele promovidos pelas técnicas punitivas da prisão, uma vez que nesse espaço, os tempos e as atividades são programadas rigorosamente, segundo regras orientadas para realizar o fim oficial da instituição. ONOFRE; JULIÃO (2013, p.54)

Pensar uma proposta de educação que apresente uma prática pedagógica diferenciada, em que as situações de aprendizagem não estejam condicionadas a conteúdos e pré-requisitos. No dizer de Câmara (2008, p. 90) “[...] As atividades educacionais devem ser livres, e a grande metodologia deve ser a do diálogo, o que exige despojamento das crenças e dos preconceitos”.

Nessa perspectiva, concorda-se com Câmara (2008), no pensar em uma proposta de educação para as prisões, implicam saber que o senso comum considera seres irrecuperáveis, marginais perigosos, aqueles que ferem as normas sociais com atos de violência contra a integridade física ou contra o patrimônio de seus semelhantes. O transgressor, quase sempre, é visto sob o ângulo de seu delito, e a sociedade o enquadra em um tempo e em um espaço em que as lembranças da infração não deixam apagar a culpa.

Criar uma política penitenciária que valorize o tratamento com caráter ressocializador, visando o retorno do apenado à sociedade em plena condições de conviver sem praticar novos delitos, repensando políticas públicas que criem oportunidades de crescimento pessoal, intelectual e profissional para os apenados, com o intuito de gerar atrativos para convencê-los, de acordo com Amaral (2014), do fato de que é muito mais vantajoso e gratificante voltar ao convívio pacífico em sociedade do que seguir a vida do crime.

Amaral explica (2014, p. 21): “Todo o sistema e todas as políticas penitenciárias devem estar voltados a esse fim: ressocializar o condenado para que retorne à sociedade em condições de conviver sem praticar novos delitos.”

Grande parte das pessoas privadas de liberdade não entende a significação da educação e de se dedicar aos estudos e à construção do saber, ainda segundo Amaral (2014):

A falta de percepção da eminência da educação pode requerer um processo de explicitação e convencimento direcionado ao preso capaz de dialogar com seus valores até então construídos, pois não se pode obrigar o detento a frequentar a educação formal. Ele tem que ser convencido sobre os ganhos que terá ao realizar o esforço para formalmente educar-se. (AMARAL, 2014, p. 53)

Nesse sentido, a educação e o trabalho são formas de trabalhar a capacidade de reflexão e conduta do apenado e a sua importância para a humanidade. Daí a relevância do trabalho e da educação para apontar perspectivas ao encarcerado, assim que sair do sistema prisional.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO EDUCACIONAL NO CRRAb

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO CRRAb

Em 27 de novembro de 2002 foi inaugurado, no Estado do Pará, o Presídio de Abaetetuba na região do Baixo Tocantins, intitulado, Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba (CRRAb), foco desta pesquisa. O CRRAb está localizado na rodovia Dr. João Miranda, Km 11, ramal do Alto Sentido. Tem capacidade para atender 120 recuperandos, sendo 80 do regime fechado e 40 no regime semiaberto, nativos de Abaetetuba, Igarapé Miri e em uma dimensão menor de Barcarena, Tailândia e Moju. Tem 25 celas no bloco carcerário.

O CRRAb oferece em sua área interna uma sala multifuncional que serve para todos os eventos realizados no presídio, direcionados para a ressocialização e uma sala de aula que aos finais de semana é destinada a receber as crianças nos dias de visita (brinquedoteca).

Segundo o relatório em 2006 as atividades educacionais seguiam cronograma de atividades socioeducativas destinado aos internos matriculados na alfabetização, 1ª e 2ª ETAPA.

Até o ano de 2007 os resultados educacionais eram insatisfatórios e negativos com um número significativo de evasão e desistências. (Dados do PPP do presídio). A biblioteca foi criada em 2007, fica na sala do setor de educação por falta de espaço físico adequado. Os acervos são em sua maioria: livros de autoajuda, romance, livros didáticos, revistas, dicionários, etc.

A biblioteca da casa penal tornou-se de grande relevância, não somente para os recuperandos que estudam, mas por abranger todo o bloco carcerário, também alguns agentes prisionais não só emprestam como ajudam a manter o acervo. É desenvolvido um trabalho com as famílias para ajudar a manter os livros.

Em 2008 no início do ano letivo em fevereiro, as atividades desenvolvidas foram direcionadas inicialmente através de filmes e palestras. Já o mês de abril foram realizadas palestras socioeducativas e explicando também sobre a educação de jovens e adultos, realizada pela pedagoga e a docente do presídio.

Em 2009 as atividades socioeducativas desenvolvidas foram através de palestras resgatando temas relacionados: à Família, à Uma sociedade sem prisão e a Valores, sendo responsáveis pelas palestras o Setor e Educação do Centro de Recuperação, e a Pastoral Carcerária.

O Setor de educação do CRRAb até 2014 era priorizado cursos anuais sempre que possível ministrados pela ETP (Escola de Trabalho e Produção) do município de Abaetetuba ministrando cursos como de Lapidação de gemas orgânicas para confecção de bijuteria em sementes regionais, curso de embalagens rústicas, além do apoio pedagógico para trabalhos de confecção de bonecas, porta-joias, abajur, embalagens, etc. Neste mesmo ano a unidade participou de evento Extra Abaete evento municipal com objetivo de mostrar a sociedade alguns dos trabalhos executados pelos custodiados da unidade, no Art. 20 da LEP “as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados”.

No início do ano letivo de 2014 foram trabalhados temas transversais devido atraso de material didático enviado da SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) como: Relações interpessoais e inclusão, ansiedade vital e doentia, valores, drogas/DST e etc. temas como esse são constantemente abordados em sala de aula devido a realidade a que estão alocados.

Com relação a parcerias e projetos em 2014 firmou com a Empresa Impacto Visual, que possui varias filiais com objetivo de produção de materiais confeccionados pelos internos ao final do curso recebem certificado. No relatório descreve as parcerias com órgãos públicos como Poder Judiciário, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, na realização do projeto Verão livre na praia de Beja, que visava concentrar os custodiados da unidade “em ações educativas no trânsito, através de entrega de panfletos para condutores de veículos, informando-os da importância do uso do capacete e do cinto de segurança, somando esforços para um trânsito livre de acidentes” Crrab(2018). Outro que teve atuação foi o projeto Coral com objetivo de “levar os custodiados a mostrar sua importância para sociedade, com apresentações em várias repartições públicas” Crrab(2018). Estes projetos não fazem mais parte da realidade do Centro de Recuperação.

No ano corrente havia uma proposta de parceria na qual seriam priorizados somente os analfabetos com o projeto Brasil Alfabetizado, onde as aulas seriam desenvolvidas somente três vezes na semana e com dois profissionais que atuaram na sala de aula no horário da tarde, sendo que a triagem e seleção foram realizadas com um número de 25 internos matriculados.

Outros projetos foram elaborados pela gestão educacional do CRRAb que não entraram em vigor, pois precisavam de um parecer judicial favorável, para poder iniciar a ação, dentre eles “Projeto Coral Deus é Conosco”, “Projeto de Panificação no CRRAb” e “Projeto A Leitura que Liberta”.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO CRRAB

O ensino no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba assim como qualquer instituição de ensino, segue normas e regras a serem seguidas por todos os servidores, principalmente os ligados diretamente à educação. Normas estas

estabelecidas pela SUSIPE (Superintendência do Sistema Penitenciário) órgão responsável pelas normas prisionais no Estado do Pará. Natividade; Medeiros (2014) relatam a importância do Projeto Político pedagógico frente a identidade da instituição:

Um projeto político pedagógico com caráter emancipatório deixará de reproduzir um sistema educacional falido, ele dará a identidade da instituição. O PPP edificante ressaltará as singularidades e particularidades da escola indo além de conhecimentos técnicos, alcançando inclusive avanços sociais. NATIVIDADE; MEDEIROS (2014, p.14)

.O projeto político pedagógico do Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, criado no ano de 2014 pela pedagoga do presídio e executado até os dias atuais, com atualizações em 2015 a 2016, busca através das singularidades do CRRAb a necessidade do projeto com intuito de afunilar o trabalho pedagógico e possibilitar ações mais seguras condizentes com a realidade da instituição, que “vê a educação como instrumento de recuperação e ressocialização de indivíduos apenados” e como forma de inclusão de seus familiares.

Segundo Natividade; Medeiros (2014; p.11) “O maior desafio dos gestores, porém, é conseguir implementar em suas escolas um projeto político-pedagógico emancipatório, que conta com a participação verdadeira de toda a comunidade escolar”.

No Projeto Político Pedagógico da unidade prisional segue parâmetros educacionais delimitados pela SUSIPE, na apresentação explícita que “os novos caminhos de uma prática nascem de processos de estudo e de vida, e a escola torna-se um elemento essencial nesse caminho” e ainda que a escola deve estar inserida “no contexto globalizado diante a economia , comunicação, a educação e cultura” isso torna visível importância do “ato de organizar-se para demonstrar as possibilidades do poder fazer um trabalho que esteja de acordo com reais necessidades dos pares que convivem no espaço escolar ”.(PPP; CRRAb, p.1)

No item 3 a diagnose contextualiza a realidade histórica do presídio, sua localização, dados penitenciários e data de sua localização (dados citados na primeira parte deste capítulo). O princípio do CRRAb está na ressocialização do

homem encarcerado através do acesso a escolarização e trabalho, “isso é oferecido através de uma sala de aula”.

Quando o PPP aborda o tema Ambiente Social, Cultural e Físico remete que a unidade é afastada da área comercial da cidade mais próxima (13 km do município de Abaetetuba), ficando próximo de ramais e igarapés, estradas de chão e próximo do trevo ligando a outras cidades, enfatiza a proximidade com a escola Dr. João Miranda próximo ao trevo e que “a sala de aula é um anexa à escola”. Frequentemente realizam parcerias com entidades públicas e privadas que contribuem para as ações do Centro de Recuperação se concretizarem.

Segundo PPP as parcerias contribuem para despertar a aptidão de viver em condições melhores, e com o fazer sentir útil, além de alavancar o potencial criativo do interno. Ações educacionais, socioculturais e desportivas levam os internos a refletir sobre suas ações cotidianas e avançar em seu caráter como cidadão.

A educação formal no CRRAb é vinculada a Seduc/ Ure que oferta 3ª etapa pelo Projeto Saberes da Eja, já Semec/ Prefeitura oferta turma da 1ª e 2ª etapa do Projeto Eja, em concordância com as exigências constitucionais, o Art. 18 da LEP dispõe: “O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa”.

O presídio oferece atividades extras em paralelo as aulas diárias, oferecendo projetos como: Acorde para a vida e projeto Bizú de Belém (não mais atuantes), também o projeto Conquistando a Liberdade.

O PPP do CRRAb segue normas e singularidades próprias da instituição adaptáveis para a capacidade física da unidade, que pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 01 – Capacidade Física do CRRAb.

ESPAÇO	QTDD.	QUANTIDADE DE PESSOAS POR ESPAÇO
Sala de aula	01	25
Sala para os Educadores	-	-

Sala de Coordenação		01	02
Brinquedoteca	Brinquedos	0	-
	Mesas	30	
	Cadeiras	30	

Fonte - CRRAb (2018)

Como visualizado no quadro 02 as atividades educacionais são desenvolvidas em um único ambiente, onde estudam atualmente “25 internos no turno da manhã e 25 no turno da tarde de uma população carcerária de 289 apenados, sendo deles 102 provisórios e 160 condenados, destes 27 são egressos” (CRRAb, 2018). Destes “25 são analfabetos, 31 concluíram o ensino fundamental e 15 o ensino médio”. (CRRAb, 2018)

Para amenizar esse cenário no Centro objetiva “promover a valorização e o respeito da dignidade da pessoa humana, bem como o exercício da cidadania através do acesso a escolarização básica articulada a educação profissional, possibilitando a sua (re)inserção à dinâmica de vida social e ao mundo do trabalho”. Como objetivos específicos mais relevantes destaca-se: Possibilitar através da integralização social buscar a conscientizar e reestruturar a autoestima do interno; possibilitar a integração, socialização, conscientização e restauração da autoestima do interno; Elevar o nível de profissionalização, dos recuperandos através de cursos profissionalizantes; conscientizar de que a educação, são instrumentos de transformação moral, espiritual, psicológica e física.

O projeto propõe quatro ações: a primeira administrativas que trata em desenvolver programas para formação para professores, servidores e a comunidade envolvida, em viabilizar parcerias na construção de projetos, além de articulação de entidades na construção do PPP da unidade e a reivindicação perante órgãos públicos que venham garantir educação de qualidade.

A segunda trata de técnicas-pedagógicas que procura como metas principais: incentiva “meios para capacitação de envolvidos; integrar família e comunidade escolar; elaborar planejamento e calendário escolar com setores envolvidos; presidir reuniões pedagógicas na unidade; incentivar a criação de conselho escolar”.

Por terceiro, ação em sala de aula procura propiciar um trabalho que favoreça laços familiares, resgatando de valores com momentos na prática educacional incentivando práticas pedagógicas compatíveis através de palestras de conscientização, roda de conversa envolvendo a história de vida de recuperandos e ainda o envolvimento em ações que facilitem e integrem os alunos diante as atividades desenvolvidas.

Por último, ações docentes: envolver os alunos frente ao processo de inclusão e resgate de valores facilitando o compartilhamento de conhecimentos, promover o ensino-aprendizagem através da interação mútua considerando o ambiente e a realidade organizando os programas de cada disciplina com a orientação do serviço técnico pedagógico de unidade, criar espaços e métodos diferenciados voltadas para a realidade do aluno e transformar o ambiente escolar em um espaço de realização criando do interno uma visão diferenciada.

Somado a isso estão os projetos voltados a ressocialização no CRRAb alguns com parcerias buscadas pelo Setor de educação como de Produção Artesanal de Produtos de Higiene e Limpeza, proporcionado pelo SENAR, que busca levar aos internos uma visibilidade financeira após sua saída do presídio, o curso tem duração de quatro dias com carga horária de 40 horas ao final do curso recebem certificação. Essas oficinas tem caráter ressocializador oportunizando aos internos reinserção no meio social.

Figura 01 – Certificação de oficinas e cursos no CRRAb.



Fonte – CRRAb, 2018.

As oficinas acontecem todos os anos na Unidade e em 2018 aconteceu no mês de maio.

Outro projeto que mobiliza todo o grupo de servidores da Unidade é o "Conquistando a Liberdade 'Papo de Rocha" é um dos principais projetos que do CRRAb os internos são conduzidos por agentes prisionais para realizar serviços de capina, pintura, manutenção de forma geral em instituições de ensino. No primeiro dia acontece o "Papo de rocha" onde os internos contam suas experiências de vida tanto na vida do crime quanto sua passagem no presídio e suas expectativas para o futuro para alunos (jovens, adolescentes, docentes, a plateia presente) da instituição que recebe o projeto. A técnica em gestão penitenciária é a responsável por esta parte do projeto, os demais dias exercem trabalhos laborais de necessidade da instituição de ensino que recebe o projeto.

É dada partida com o "papo de rocha" com a palestra "Não faça o que eu fiz" mediada pela técnica em gestão pedagógica onde começa explicando o significado da frase "papo de rocha" que é uma gíria usada na prisão que quer dizer papo sério, firme, verdadeiro, reto, direto ao ponto e que nesse papo vão ser contada experiências de vida dos presos. Em seguida o mediador elenca perguntas do tipo você é casado, você tem filhos? Qual crime você cometeu? Se está preso a quanto tempo? para incentivar novas perguntas e que assim o reeducando possa contar sua história de vida antes da prisão nessa etapa o objetivo é contextualizar a história de vida do interno, buscando esmiuçar como se deu a sua formação enquanto pessoa, até seu envolvimento com a criminalidade. Ele explica como foi sua entrada na prisão explicando sua dura realidade na prisão e como foi o choque de realidade diante da reflexão acerca da perda de sua liberdade. Na última etapa do dialogo o objetivo é a relevância de poder reconhecer a importância de poder contribuir mesmo preso, como o instrumento de auxílio de conduta e comportamento dos jovens que estão em liberdade.

O objetivo do projeto está em ressocializar o preso através de práticas educativa-ambiental e conscientizar a comunidade a respeito da importância da preservação do meio ambiente, bem como a prevenção da incidência criminal de crianças e adolescentes. Na Unidade aconteceu no primeiro semestre no mês de abril de 2018.

O projeto costuma acontecer conforme **quadro 02**, cronograma da SUSIPE:

Quadro 02 – Cronograma Projeto Conquistando a Liberdade

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
PROJETO CONQUISTANDO A LIBERDADE	
MÊS	DIA
Abril	26
Maio	31
Junho	28
Agosto	30
Setembro	27
Outubro	25
Novembro	29
Dezembro	13

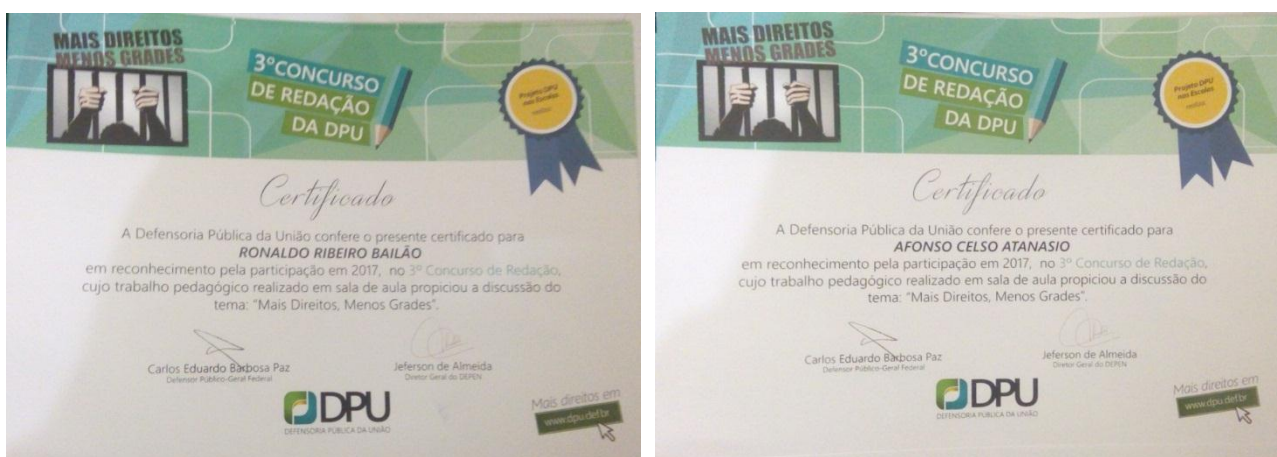
Fonte: CRRAb(2018)

Algumas práticas educacionais no CRRAb levaram os custodiados a participarem da VII Mostra de Ciências e Tecnologia da Escola Açaí, promovida pelo Movimento Científico Norte/Nordeste (Mocinn). A feira reúne jovens cientistas, do ensino fundamental ao superior, de várias cidades paraenses, mais de 15 estados e 3 países. Na primeira participação, no ano de 2014, receberam premiação "projeto destaque" por terem atraído o maior número de visitantes da feira, o que remete a importância do trabalho para o interno e como se comporta em sociedade. Quem visitou o estande pode observar peças como: chaveiros e ursos de brinquedo feitos a partir de sacos plásticos que seriam descartados no lixo, além de sandálias customizadas e produtos de miriti, fruto de minicursos promovido na unidade.

Outro ponto relevante é a participação de detentos no Enem, todos os anos tem aprovação na unidade, entretanto, o Judiciário é quem decide se o detento pode ou não frequentar as aulas na faculdade, teria que ser analisado a situação processual do interno. Isso seria possível também com a disponibilização uma tecnologia que permite monitorar os passos dos presos em tempo real, ou seja, uma tornozeleira eletrônica. De acordo com a lei de execução penal a cada 12 horas estudadas, o preso pode receber o direito de diminuir um dia do tempo de reclusão. Segundo a lei, às 12 horas de frequência escolar devem estar divididas em, no mínimo, três dias.

Uma vez no mês acontecem reuniões com o Setor de educação da SUSIPE, para busca de novas práticas de reinserção social, práticas que levam a premiações nacionais como foi o caso da premiação do 3º Concurso de Redação realizado pela Defensoria Pública da União (DPU), com o apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), e que teve como tema "*Mais direitos, menos grades*"(grifos do autor), (SUSIPE, 2018). Os internos do Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, participaram e receberam premiação, como podemos perceber nas imagens a seguir.

Figuras 02 e 03 – Premiação do 3º Concurso de Redação realizado pela Defensoria Pública da União.



Fonte – CRRAb, 2018.

O Setor de educação do CRRAb mobilizou-se para ensinar práticas de redação aos internos que participaram do concurso pelo período de uma semana.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE GESTÃO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABAETETUBA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.

Neste capítulo serão elencados o processo de gestão e coordenação, fazendo uma análise do trabalho pedagógico no centro de recuperação regional de Abaetetuba, divididos em dois subcapítulos, o primeiro tratando da gestão do trabalho pedagógico no CRRAb, e o segundo acerca da coordenação do mesmo.

3.1 GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABETETUBA

Para reunir, articular e integrar atividades educacionais em ambiente escolar é necessário coordenar e acompanhar a procedimentos metodológicos no dia à dia escolar. Segundo Libâneo (2012 p.412):

Para que essas duas características mais gerais de uma instituição se efetivem, são postas em ação as funções específicas de planejar, organizar e avaliar. A condução dessas funções, mediante varias ações e procedimentos, é o que se designa gestão, a atividade que põe em ação um sistema organizacional. LIBÂNEO (2012 p.412)

Ainda segundo Libâneo (2012 p.438) “A gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”.

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a ação pedagógica de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba. Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas, onde os profissionais que atuam na escola e a direção do CRRAb, sem identificar-se nos forneceram informações valiosas para o desvelamento desta pesquisa.

E elucidando as respostas, aqui identificamos como as entrevistadas Professora (P1), Coordenação pedagógica como Entrevistado (C), e Assistente Social como Entrevistado (D).

Desta forma, ao perguntar ao Entrevistado (C), sobre qual modalidade de ensino é atuante no CRRAB? A mesma informou que na Escola do CRRAB, trabalha-se com a EJA complementando a 1ª e 2ª etapa do ensino fundamental. Confirmando a informação obtida no PPP, a qual a educação formal no CRRAB é vinculada a Seduc/ Ure que oferta 3ª etapa pelo Projeto Saberes da Eja, já Semec/ Prefeitura oferta turma da 1ª e 2ª etapa do Projeto Eja, em concordância com as exigências constitucionais, o Art. 18 da LEP dispõe: “O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa”.

A respeito de qual seria o papel do técnico em gestão penitenciária e sua função no CRRAB, obtivemos a seguinte resposta:

Trabalha diretamente em sala de aula, na coordenação, onde exerce também a função de reinserção social, que busca parceria com entidades públicas e privadas para ofertas de cursos profissionalizantes e palestras voltadas para o processo de reinserção social do homem encarcerado. (ENTREVISTADO C).

Com base na resposta da entrevistada, recorremos ao inciso IV do art. 5º, diz que ele pode “trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 2006, p. 2). Se as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia permite que os Pedagogos possam atuar em diversos espaços não escolares, ela também precisa garantir que as Universidades ofereçam de fato, momentos de prática em espaços fora da escola, como por exemplo, a atuação em presídios.

Em relação as atribuições da técnica Pedagógica tem na escola do CRRAB, a entrevistada respondeu da seguinte forma:

“Inicialmente é realizada uma triagem de internos nos meses de janeiro e fevereiro, para obtenção de dados voltados para o nível de escolaridade e questão processual (saber se é condenado ou provisório), para realizar o planejamento e lotar nas turmas”. (ENTREVISTADO C).

Diante de todas as atribuições do pedagogo para com este ambiente, Julião (2007) afirma que é de extrema responsabilidade do mesmo: “a formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima dos sujeitos, assim como na consciência de seus

deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade”. (JULIÃO, 2007, p.47).

Quando perguntada sobre quais desvios de funções a técnica pedagógica assume no presídio? – Obtivemos a seguinte resposta:

“Antigamente fazia o trabalho da assistente social, hoje assumiu também a função de chefe de inserção social, uma disfunção também é que frequentemente tem que preparar PDP (um relatório administrativo para investigar fatos relacionados a internos ou servidores)”. (ENTREVISTADO C).

Percebe-se que a mesma para desempenhar um trabalho, várias vezes foi requisitada para realizar outras funções.

Perguntada sobre quais os requisitos para ministrar aulas em um presídio? Obtivemos como resposta a seguinte informação?

“Os professores lotados nesta unidade prisional tem que estar habilitados a trabalhar, ou seja concursados, porém não passam por nenhum treinamento. Há uma conversa com o diretor da unidade prisional onde são repassados metas e procedimentos do CRRAb, a conduta do educador tem que condizer com o local”. (ENTREVISTADO C)

De acordo com a fala da Entrevistada, os educadores são efetivos do município e lotados no CRRAb, e não passam por nenhum tipo de treinamento ou formação para atuarem com os detentos. Libâneo e Pimenta (2006) destacam a importância que deve ser dada à formação de profissionais da educação para atuarem em espaços não-escolares. Sua formação impacta na formação dos agentes envolvidos com a educação, pois nesses novos espaços, o profissional de educação precisa estar preparado e qualificado, pois será o mediador da educabilidade, necessária e capilarmente presente mesmo no processo informal de consolidação de uma cultura que seja articulada com uma proposta de construção da cidadania.

Ao perguntarmos sobre o interno estudar somente para remir sua pena? Quais os meios para mudar esse cenário na sua opinião? Obtivemos como resposta:

“A pedagoga realiza no 1º dia de aula uma palestra de conscientização sobre a importância da educação no contexto carcerário diante ao

desenvolvimento psicológico, social, moral, político. A questão da remissão de pena é abordado nesta palestra em informar ao preso como se dá a remissão, quantos dias precisa estudar para ser remido, o interno em sua maioria não está estudando para remir sua pena e sim para adquirir conhecimento, onde muitos não sabem sequer escrever seu próprio nome”. (ENREVISTADO C).

Perguntamos se a equipe gestora do presídio faz um trabalho social que mude o pensar escravista em relação ao presidiário? Se sim qual?

“Sim, há um trabalho de conscientização sobre a personalização, a consequência desta prisão na vida do encarcerado, da família e consequentemente na vítima da família.”

Percebe-se através das falas que a gestão da educação no espaço do CRRAb, ocorre de maneira sistemática. A ação pedagógica do professor nesses espaços, apesar da desmotivação de boa parte dos alunos/detentos, consegue cumprir de certa forma o objetivo esperado que é fazer com que haja uma interação entre esses detentos, mantendo-os ocupados, fazendo com que gastem o tempo de uma forma proveitosa. Gadotti (1993 apud Portugues 2001, p.361) afirma que “a característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, saber trabalhar as contradições à exclusão”.

Para que haja êxito no processo de ressocialização dos detentos é preciso que o pedagogo e os demais agentes penitenciários trabalhem de uma forma coletiva, um respeitando o trabalho do outro, e compreendendo as particularidades que cada profissão exige. Gomes (2010) propõe algumas mudanças para o melhoramento da reeducação e da estrutura dos presídios ressaltando que:

(...) É preciso investir na reeducação e na estrutura do Sistema Prisional, a qual nunca se investiu com seriedade, não é usurpando os Direitos Humanos que atingirão os objetivos previstos nas sanções aplicadas aos mesmos. As prisões, porém, devem ser reformuladas com a criação de oficinas de trabalho, com o envolvimento da escola e terapias que envolvam o preso a repensar suas atitudes diante da sociedade e dele próprio. A pena deve ser usada para a ressocialização desse indivíduo e não para intimidá-lo. Além disso, temos consciência de que o poder dominante priva o homem da educação, saúde e moradia, contribuindo cada vez mais para as

diferenças sociais e o aumento nos índices de criminalidade. (GOMES, 2010, p.3).

Portanto, consideramos que a gestão constitui um fator de grande importância na direção de qualquer organização, seja ela de grande ou pequeno porte, industrial, comercial, política, religiosa, educacional ou de outra qualquer índole. O objetivo da gestão nada mais é do que a promoção de aprendizagens efetivas e significativas aos sujeitos escolares, contribuindo para o desenvolvimento de competências demandadas pela vida em sociedade. Diante destes desafios, ganham importância os estudos sobre a gestão da escola e a atuação dos profissionais que a promovem. Subsidiar a ampliação das compreensões sobre a gestão, investigar processos e propor alternativas é, portanto, uma tarefa aberta a contribuições.

O foco da atuação do/a gestor/a escolar dentro da dimensão pedagógica tem como orientação principal coordenar a elaboração coletiva da ação educacional e pedagógica da escola, propiciando uma gestão participativa e democrática. Tal objetivo é desenvolvido na liderança que deve ser exercida pelo/a gestor/a no processo de coordenação da elaboração coletiva do projeto político pedagógico – PPP.

3.2 COORDENAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE ABAETETUBA.

De acordo com Libâneo a função do coordenador pedagógico baseia-se:

As ações a serem utilizadas para a realização da pesquisa são de fundamental importância, pois aponta as principais atribuições do coordenador pedagógico: acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, favorecer subsídios que permite aos professores atualizarem e se aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional, promover reuniões, discussões e debates com o corpo docente e pais no sentido de melhorar o processo educativo, estimular os professores a desenvolver com entusiasmo suas atividades procurando auxiliar na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (Libâneo, 1996 pág.33).

Concordamos com Libâneo (1996) ao dizer que o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à

organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana previamente definidas em sua contextualização histórica.

Ao definir a função do coordenador pedagógico, Vasconcellos (2008, p. 87) afirma que:

Antes de mais nada, a coordenação deve ser exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola [...] o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente, a discriminação social na e através da escola etc.

Atribuições importantes foram se construindo historicamente para o trabalho do coordenador pedagógico, entre elas a de articular as ações pedagógicas dentro da escola, fazer as mediações entre as determinações legais e as necessidades da comunidade escolar, mobilizar o grupo docente, estabelecer vínculos, fortalecer a confiança coletiva, entre outras (FERNANDES, 2010).

Perguntamos sobre quais os desafios que são enfrentados pela técnica pedagógica, no dia a dia da escola?

O principal é a conscientização de alguns servidores (agentes prisionais) que não dão importância para o trabalho educacional, principalmente na retirada dos internos das cela que é consequência deste trabalho. (P1)

O acúmulo de tarefas diante da precarização das condições de trabalho docente, a dificuldade de se constituir uma identidade para seu trabalho, a desvalorização social da própria carreira docente fazem com que o ideal proclamado para a função da coordenação pedagógica seja muito esvaziado no confronto com as condições reais de seu trabalho, ainda pouco consideradas pelas políticas públicas.

Ao ser perguntada sobre como o trabalho da técnica em Gestão Penitenciária é recepcionado no presídio, obtivemos como resposta de que o trabalho é bem aceito por todos os servidores. E questionada sobre a relevância da atuação da coordenação pedagógica para a dinâmica da instituição escolar, a mesma respondeu que *“Além de contribuir significativamente para o processo de reinserção*

social do homem encarcerado no contexto escolar dentro do ambiente carcerário deve ser voltado ao resgate dos valores éticos, morais, sociais e religiosa”.

Acredita-se que através da educação dentro do sistema penitenciário é possível se chegar a tão esperada ressocialização, como consequência a redução dos casos de crime cometido por aqueles que já adquiriram a liberdade (por parte da minoria). O pedagogo neste ambiente teve papel fundamental na transformação deste indivíduo.

Não há como negar que a eficácia do papel da educação escolar no resgate da liberdade do aprisionado. A educação é um direito que assegura a condição de ser humano, pois a partir dela se constrói o laço de pertencimento à sociedade, à palavra, à tradição, à linguagem, à transmissão e à recriação da cultura, essenciais para a condição humana. [...] (p.282).

No entanto, como afirma Becker (2008), a educação nas prisões ainda não é para todos, pois existem aqueles indivíduos que possuem dificuldade de convívio com os demais detentos, então esses indivíduos não são liberados para frequentar as aulas.

Questionada se o MEC encaminha um plano curricular para execução das aulas com os detentos do CRRAb, e se este sistema de ensino possui uma certificação aos alunos, obtivemos como resposta que *“Sim, o mesmo é encaminhado, devido à baixa autoestima do interno o trabalho tem que ser diferenciado, vai muito além. Sim, eles recebem certificação após conclusão da modalidade de ensino”.*

Continuando a entrevista, perguntamos a respeito se o educador tem participação ativa nas práticas pedagógicas no CRRAb. E a mesma respondeu que *“Sim, através do planejamento das aulas, na construção do plano de aula, juntamente com a pedagoga, onde as atividades educacionais são elaboradas voltadas ao contato carcerário”.* Desta forma, entendemos que o professor, como profissional da educação, no desenvolver de suas atividades neste ambiente deve ser visto como um mediador, dando ênfase ao conhecimento prévio dos alunos/detentos e também introduzindo suas vivências práticas, ou seja, gerando

uma relação de troca epistemológica, quebrando o paradigma tradicional de que somente o professor detém o saber na sala de aula.

Informamos que é sabido de que a coordenação pedagógica deve ter uma visão macro do trabalho escolar. Sendo assim, perguntamos como isso é possível no acompanhamento da aprendizagem dos alunos no CRRAb, a mesma nos informou que *“Mensalmente ela reúne com os internos para saber como estão recebendo a aprendizagem, o que pode ser melhorado e, o que eles sugerem para melhorar o processo de aprendizagem”*.

Neste contexto, conforme Medina (1997) argumenta que nesse processo, o professor e supervisor têm seu objeto próprio de trabalho: o primeiro, o que o aluno produz; e o segundo, o que o professor produz. O professor conhece e domina os conteúdos lógico-sistematizados do processo de ensinar e aprender; o supervisor possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem (alunos).

Ao perguntar sobre como ela defina a educação dentro do CRRAb, se era suficiente para ressocializar a pessoa encarcerada, obtivemos como resposta que *“Sim, a educação em si, diante do contexto social já é problemática, no contexto carcerário não é diferente, mais procuramos transformar o ambiente da sala de aula em um espaço diferenciado e atrativo”*. Percebe-se que a atuação do profissional de coordenação pedagógica para a oferta da educação, do trabalho e da cultura dentro do ambiente prisional são extremamente importantes para que ocorra a ressocialização e reinserção do preso à sociedade, fazendo com que possam criar a possibilidade de se ter uma vida produtiva e com qualificação fora dos muros do Presídio.

Questionamos acerca da ressocialização no CRRAb, se ela acredita ser possível e Como? A mesma respondeu que:

Sim a educação em si transforma o cidadão, porem nem sempre se consegue alcançar essa meta, que são as metas que buscamos enquanto gestão educacional neste CRRAb. Através de cursos, de palestras, que de um direcionamento ao interno ao sair da casa penal, deque é possível retornar a sociedades como cidadão de fato e direito. (P1)

De acordo com a resposta, acredita ser possível, no entanto recorreremos a Freire (2001, p.35) diz acreditar que através do trabalho do educador trabalhando com a realidade e utilizando alguns métodos é possível fazer com que esses 'oprimidos' revelem a realidade que está inserida:

Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas históricas que deem origem a possibilidades de mudanças. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos (as), pouco apouco, revelarem sua própria realidade.

No entanto, Mello (2008) diz que a escola não é o único meio que contribui para uma possível ressocialização do detento:

[...] uma discussão sobre a conscientização desses indivíduos em relação à sociabilidade moderna e o entendimento do papel de cada um deles enquanto sujeitos da história. Por isso tenho a convicção de que a escola é o principal (mas não o único) elemento que contribui para a ressocialização do adulto preso, no sentido de reformular suas perspectivas e visões de mundo. (MELLO, 2008, p.539)

É através da educação que adquirimos meios possíveis para nos socializarmos com as demais pessoas, algo que acontece de forma natural entre seres humanos. É um processo que vai acontecer de qualquer maneira, seja formal ou informal. A questão da ressocialização está ligada na inserção de ex-detentos a uma vida social normal. Então é dever da sociedade acolhe-los de forma igualitária e oferecer chances de trabalho, desde que o mesmo esteja apto a não voltar a cometer delitos.

Perguntamos a mesma se existe a possibilidade de introduzir trabalho técnico no CRRAb, e ela afirmou que "*Sim existe essa possibilidade, através da sala multifuncional*".

Em relação ao Projeto Político Pedagógico, fomos informados que a instituição do CRRAb possui PPP, porém encontra-se desatualizado. Pois, foi elaborado em 2015 pela pedagoga do presídio, a qual informou ter atualizado sozinha o PPP.

Ressaltamos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) tem a finalidade de orientar a prática do cotidiano da escola de uma forma organizada e reflexiva. Para

que a escola alcance esses objetivos, vale ressaltar a importância do **Projeto Político Pedagógico** dentro da instituição escola como instrumento de direcionamento de trabalho para a prática pedagógica e de todos que estão envolvidos no processo educativo.

Neste sentido para Veiga (1998), O Projeto Político Pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola (...).

Considerando o Projeto Político Pedagógico instrumento de direcionamento no contexto escolar, vale esclarecer as dimensões política e pedagógica segundo André (2001) e Veiga (1998): Ele “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (André, p.189) e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo” (Saviani, cit por Veiga, 1996 p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, apontamos que as finalidades do ensino no CRRAb podem ser atingidas por meio da organização e da gestão. Precisa-se ter nitidez do eixo da instituição em que a qualidade dos processos de ensino – aprendizagem acontece mediante procedimentos pedagógico-didáticos, proporcionando melhores resultados.

Compreendemos que o coordenador pedagógico deve sensibilizar o seu fazer cotidiano, tomando as decisões de acordo com o bem comum e buscar no coletivo aos desafios que se apresentam no ambiente escolar. As ações a serem utilizadas para realização da pesquisa são de fundamental importância, pois medidas simples e úteis podem contribuir para superar os problemas como: acompanhar os professores no planejamento coletivo, manter contato com as famílias, identificar os alunos especiais e os com dificuldades de aprendizagens procurando criar um acompanhamento com aula de reforço e atividades extraclasse, desenvolver atividades que favoreça uma boa convivência entre os alunos.

Ficou evidente que os dilemas e dificuldades encontradas por esses profissionais no CRRAb são muitos, mais pode-se destacar a falta de liberdade e autonomia nas aulas ministradas, escassez de material didático, falta de estrutura física e investimento do Governo na formação continuada como sendo os principais problemas enfrentados pelas Pedagogas.

Apesar da prisão ser um ambiente hostil, cheio de normas e regras que as vezes impedem as Pedagogas de realizarem seus trabalhos, ficou claro que a iniciativa para atuar em ambiente prisional parte dos próprios professores e que o trabalho realizado no CRRAb é muito sério, os professores são dedicados e gostam do que fazem. Tudo isso aponta para um grande avanço na educação de jovens e adultos que se encontram privados de liberdade. Considero que são por meio de ações como estas que poderemos vislumbrar mudanças significativas na realidade educacional dessas pessoas.

É por meio da educação que se torna possível uma reeducação do detento, mas é preciso quebrar o paradigma que apenas privando o detento do direito à liberdade ele se transformará num indivíduo apto a retornar a sociedade. Mas o

maior problema que há em relação a educação dentro do sistema penitenciário diz respeito ao Estado que só se preocupa em manter esses detentos reclusos, evitando fugas, e assim defender a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Cláudio do Prado. (2014), **Políticas Públicas no Sistema Prisional**. Belo Horizonte, CAED-UFMG.
- ANDRÉ, M. E. D. **O Projeto pedagógico como suporte para novas formas de Avaliação**. In: Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (org.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001.
- ADORNO, Sergio e SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. *Estudos Avançados*, 21 (61), 2007. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down167.pdf> Acesso em 29.04.2009.
- BARROS, Aidin de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL, CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Acesso dia 23/06/2018: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. (2009), **Resolução Nº 03, de 11 de março de 2009** (Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10028-resolucao-3-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192.
- BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. (Institui a Lei de Execução Penal). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Seção 1, p. 10.227.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Revisão Técnica de Karina Kuschnir. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CÂMARA, Heleusa Figueira. **Saberes, Sabores, Travos e Ranços: a vida no currículo**. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). *Formação de Jovens e Adultos*. Brasília: SECAD/MEC, UNESCO, 2008. P. 85-102.
- CARREIRA, Denise **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras** / Denise Carreira e Suelaine Carneiro - São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. P.52,54
- EMGBRUCH, Wagner; SANTIS, Bruno MORAES Di. **A Evolução Histórica do Sistema Prisional**: Privação de liberdade, antes utilizada como custódia, se torna

forma de pena; Revista Liberdade, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais nº11, setembro/dezembro 2011.

FALCÃO, Ana Luísa Silva & CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves. (2015), **O método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados: Análise sob a perspectiva de alternativa penal**. In: VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília. Anais... Brasília: CONSAD, 2015.

FERNANDES, Rosana C. de A. **A educação continuada de professores no espaço e tempo da coordenação pedagógica: Avanços e Tensões**, In: Veiga, I. P. A da (org.). A escola mudou. Que mude a formação de professores. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

GOMES, S. F. **Pensando a Função e a atuação do Psicopedagogo no Sistema Prisional**. Centro Universitário do Planalto de Araxá, 2010.

JÚNIOR, Ednaldo Cordeiro da Silva. **O Caráter Ressocializador da Pena: As Políticas Públicas Prisionais no Processo de Ressocialização do Reeducando**. Dossiê Estado, Governo e Políticas Públicas, 2016.

JULIÃO, E.F. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**, __, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade **Fundamentos de metodologia científica**. 1,5 ed.-São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo, Cortez, 2003 p.412, 418.

LIBÂNEO. J.C; Selma G. Pimenta(org.). **Pedagogia, Ciência da Educação?** São Paulo; Cortez, 1996.

LUDKE Menga; ANDRÉ, E. D. A. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003. MEDINA, A. S. **Novos olhares sobre a supervisão. Supervisor Escolar: parceiro político pedagógico do professor**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MELLO. Fábio Mansano de. **Educação no Sistema Prisional: Considerações sobre a ressocialização do adulto preso**. In: Revista Consciência, São Paulo, Volume 1, número 12, p. 538-606. Out/2008.

NATIVIDADE, Juliana de Souza; MEDEIROS, Simone Alves de. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: Limites e desafios**. Revista Episteme Transversal, 2014.

SANTOS, Willian Limão **Papel do Pedagogo dentro do Sistema Penitenciário.** Revista Científica da FASETE, 2015.

SCARFÓ, Francisco José. **Los Fines de La Educación Básica em lãs Cárceles em la Provincia de Buenos Aires.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de La Plata, Argentina, 2007.

SECCHI, Leonardo. (2010), **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning.

ONOFRE, Elenice Maria C. (org.) **Educação escolar entre as grades.** São Carlos: 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A Educação na Prisão como Política Pública.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

SELLTIZ, Claire ET alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. Educação de adultos presos. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul./dez. 2001.

SILVA, Eduardo Alves da; MIRANDA, Wando Dias. **EDUCAÇÃO PRISIONAL: Ações educacionais no sistema prisional paraense.**

TAVARES, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. P. 1279.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alecastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma Construção possível.** Campinas, SP, Papirus, 1998.

APÊNDICE – QUESTIONARIO

Entrevistado 1

1. Qual modalidade de ensino é atuante no CRRAB?
2. Qual o papel do técnico em gestão penitenciária e sua função no CRRAB?
3. Como é organizado o trabalho pedagógico no CRRAB?
4. Que atribuições a técnica Pedagógica tem na escola?
5. Em que interfere a situação processual do interno para que ele possa iniciar seus estudos?
6. Que desafios são enfrentados pela técnica pedagógica, no dia a dia da escola?
7. Que disfunções a técnica pedagógica assume no presídio?
8. Como o trabalho da técnica pedagógica é recepcionado no presídio?
9. Qual a relevância da atuação da coordenação pedagógica para a dinâmica da instituição escolar?
10. O MEC encaminha um plano curricular? Tem certificação?
11. E o educador tem participação ativa nas práticas pedagógicas no CRRAB?
12. Os educadores tem autonomia para ministrar suas aulas?
13. Quais os requisitos para ministrar aulas em um presídio?
14. Em algum momento você interfere na prática pedagógica do docente?
Quando isso acontece?
15. O interno estuda somente para remir sua pena? Quais os meios para mudar esse cenário na sua opinião?

16. A equipe gestora do presídio faz um trabalho social que mude o pensar escravista em relação ao presidiário? Se sim qual?
17. Sabe-se que a coordenação pedagógica deve ter uma visão macro do trabalho escolar. Sendo assim, como isso é possível no acompanhamento da aprendizagem dos alunos?
18. Você acha que a educação dentro do CRRAb é suficiente para ressocializar a pessoa encarcerada?
19. Em sua opinião a ressocialização é possível? Como?
20. Existe a possibilidade de introduzir trabalho técnico no CRRAb?
21. O CRRAb dá condições de trabalho, estudo e aprendizado profissional a todos os internos?
22. Em relação ao Projeto Político Pedagógico.
 - a) A Escola possui PPP atualizado? () Sim () Não
 - b) Se possui, em que ano o PPP foi elaborado? Quem participou da elaboração?
 - c) Se não possui, o que falta para elaborá-lo?
 - d) Qual a atuação da coordenação pedagógica frente à construção do projeto político pedagógico da escola?
 - e) Quais projetos educacionais são atuantes no CRRAb? Discorra sobre cada um deles e sua importância na recuperação da pessoa presa?

Entrevistado 2

1. Que tipo de orientações você recebeu pela direção do presídio quanto a procedimentos de segurança?
2. O educador recebe algum tipo de treinamento ou minicurso de como proceder ou abordar alunos privados de liberdade?
3. Você acha que existe necessidade de receber esse tipo de treinamento?

4. Quais orientações foram recebidas pela técnica em gestão pedagógica na condução do trabalho docente?
5. Com que frequência a equipe docente reúne para organizar o ensino com a técnica em gestão penitenciário?
6. Como se dá o processo avaliativo no CRRAb?
7. Como ministrar aula sem fazer com que o aluno perca a motivação de estudar e perca seu desempenho escolar e fique desmotivado?
8. Como é dar aula para pessoas privadas de liberdade?
9. Você sente medo ou receio de dar aula para pessoa que cometeram algum crime?
10. Como você descreve a sala de aula é um ambiente agradável de ensino?
11. Ao deslocar-se para a sala de aula tem algum receio, visto que, seu percurso leva ao contato direto e indireto com vários apenados de "alta periculosidade"?
12. Você é lotada no Crrab pela SUSIPE? É efetiva? Você recebe adicional de periculosidade, risco de vida e insalubridade? Acha importante receber esse adicionais?
13. O educador recebe algum tipo de treinamento ou minicurso de como proceder ou abordar alunos privados de liberdade?

Entrevistado - 3

1. Quando o interno recebe liberdade provisória e dada algum tipo de assistência para que o não volte a cometer um delito?

ANEXOS – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE PEDAGOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilustríssimos Sr^ª. MARIA DA CONDUCEIRA MACHES DE SOUSA

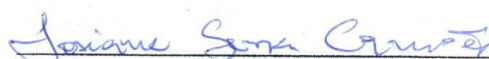
A pesquisa intitulada de **O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma Análise do Trabalho Pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba** tem sido desenvolvida na Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba, sob Orientação da Prof^ª. Dr^ª. Dinair Leal da Hora, visando fornecer aos futuros educadores/as maneiras de propiciar a discussão da temática no ambiente escolar. A pesquisa pretende as formas de relacionamento entre alunos/as e todos da comunidade escolar a fim de que se possa dar contribuições para melhorar a discussão desta temática.

A pesquisa se realizará com a aplicação de **Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos** como PPP e Planos de Ação. As entrevistas serão realizadas com Técnica em Gestão Pedagógica do Presídio e Docentes e não irá intervir no andamento das atividades e programas desenvolvidos por esta secretaria.

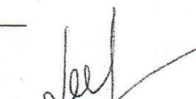
Esclarecemos, ainda, que os dados e resultados da pesquisa serão confidenciais, mantidos com a pesquisadora e as identidades dos sujeitos entrevistados/as não serão reveladas na divulgação do trabalho em reuniões científicas, publicações e nas aulas de disciplinas. Será utilizado um nome fictício para a identificação de cada participante da pesquisa, mantidas as condições de sigilo.

Estamos convidando vossa senhoria para participar da presente pesquisa. Você tem todo o direito de não autorizar e, em qualquer momento da pesquisa, interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação ou represália, devendo somente avisar o pesquisador da sua desistência.

Nome da aluna: Josiane Sena Camões
Endereço: Tv. Sandoval de Lima Nº 674/ Algodão
Fone: (91) 980313162


Pesquisadora responsável

Orientadora: Dinair Leal da Hora
Endereço: Tv dos Apinagés, 621 apto. 404
Fone: 91-991570533


Dra. Dinair Leal da Hora
SEAPE: 2555964
UFFPA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, participarei na presente pesquisa.

Abaetetuba, 03 de junho de 2018.



Entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE PEDAGOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilustríssimos Sr.^ª MARIA DA GONÇALVES F. LIMA

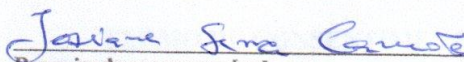
A pesquisa intitulada de **O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma Análise do Trabalho Pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba** tem sido desenvolvida na Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba, sob Orientação da Prof.^ª Dr.^ª Dinair Leal da Hora, visando fornecer aos futuros educadores/as maneiras de propiciar a discussão da temática no ambiente escolar. A pesquisa pretende as formas de relacionamnto entre alunos/as e todos da comunidade escolar a fim de que se possa dar contribuições para melhorar a discussão desta temática.

A pesquisa se realizará com a aplicação de **Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos** como PPP e Planos de Ação. As entrevistas serão realizadas com Técnica em Gestão Pedagógica do Presídio e Docentes e não irá intervir no andamento das atividades e programas desenvolvidos por esta secretaria.

Esclarecemos, ainda, que os dados e resultados da pesquisa serão confidenciais, mantidos com a pesquisadora e as identidades dos sujeitos entrevistados/as não serão reveladas na divulgação do trabalho em reuniões científicas, publicações e nas aulas de disciplinas. Será utilizado um nome fictício para a identificação de cada participante da pesquisa, mantidas as condições de sigilo.

Estamos convidando vossa senhoria para participar da presente pesquisa. Você tem todo o direito de não autorizar e, em qualquer momento da pesquisa, interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação ou represália, devendo somente avisar o pesquisador da sua desistência.

Nome da aluna: Josiane Sena Camões
Endereço: Tv. Sandoval de Lima Nº 674/ Algodão
Fone: (91) 980313162


Pesquisadora responsável

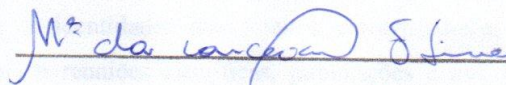
Orientadora: Dinair Leal da Hora
Endereço: Tv dos Apinagés, 621 apto. 404
Fone: 91-991570533


Dra. Dinair Leal da Hora
SEAPE: 2555964
UFPA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, participarei na presente pesquisa.

Abaetetuba, 03 de junho de 2018.


Entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE PEDAGOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilustríssimos Sr^ª. PRISCILA DA COSTA DOS SANTOS

A pesquisa intitulada de **O Processo de Gestão, Orientação e Supervisão Escolar: Uma Análise do Trabalho Pedagógico no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba** tem sido desenvolvida na Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba, sob Orientação da Prof^ª. Dr^ª. Dinair Leal da Hora, visando fornecer aos futuros educadores/as maneiras de propiciar a discussão da temática no ambiente escolar. A pesquisa pretende as formas de relacionamento entre alunos/as e todos da comunidade escolar a fim de que se possa dar contribuições para melhorar a discussão desta temática.

A pesquisa se realizará com a aplicação de **Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos** como PPP e Planos de Ação. As entrevistas serão realizadas com Técnica em Gestão Pedagógica do Presídio e Docentes e não irá intervir no andamento das atividades e programas desenvolvidos por esta secretaria.

Esclarecemos, ainda, que os dados e resultados da pesquisa serão confidenciais, mantidos com a pesquisadora e as identidades dos sujeitos entrevistados/as não serão reveladas na divulgação do trabalho em reuniões científicas, publicações e nas aulas de disciplinas. Será utilizado um nome fictício para a identificação de cada participante da pesquisa, mantidas as condições de sigilo.

Estamos convidando vossa senhoria para participar da presente pesquisa. Você tem todo o direito de não autorizar e, em qualquer momento da pesquisa, interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação ou represália, devendo somente avisar o pesquisador da sua desistência.

Nome da aluna: Josiane Sena Camões
Endereço: Tv. Sandoval de Lima Nº 674/ Algodão
Fone: (91) 980313162

Josiane Sena Camões
Pesquisadora responsável

Orientadora: Dinair Leal da Hora
Endereço: Tv dos Apinagés, 621 apto. 404
Fone: 91-991570533

Dinair Leal da Hora
Dra. Dinair Leal da Hora
SEAPE: 2555964
LEPA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, participarei na presente pesquisa.

Abacotuba, 03 de junho de 2013.

Rosineia da Costa dos Santos

Entrevistado